

Educação

Ao sul do equador

Chegando ao Ministério da Educação, ouvi uma breve dissertação sobre a situação educacional. Mais de 70% dos alunos concluem os 10 primeiros anos de escolaridade, e daí eles se repartem em quatro grupos de tamanhos equivalentes. Parte vai para o secundário, parte para as escolas técnicas, parte para as escolas profissionais, e parte ingressa diretamente no mercado de trabalho.

Pensei em parabenizar as autoridades pelos resultados — mas o ministro emendou:

— Para nós, isto é inaceitável! O governo precisa agir, e rápido, para que todos os alunos concluam o ensino básico. Vamos colocá-los em classes especiais.

Ah, pensei — certamente que vão fazer um programinha de supletivo, de rápida duração, com exames diluídos no processo, e distribuir diplomas para toda a turma (ainda no mandato do presente ministro, naturalmente). Mas nem pisquei o olho, e lá vem a explicação:

— Os alunos com dificuldades acadêmicas terão o dobro do tempo para completar o curso. Língua e matemática — as duas matérias em que têm mais dificuldades — serão ensinadas sete horas por semana cada uma. Também terão aulas de computador, e as classes contarão com professores e materiais especializados. Os exames finais, porém, terão o mesmo nível de exigência que os do ensino regular — e os diplomas terão o mesmo valor.

Apalpei o rosto, esfreguei os olhos, queria ter certeza de que estava enxergando e ouvindo direito. Meu interlocutor aguardava minha próxima pergunta. E o ensino técnico, a quantas anda?

— Mal, precisamos melhorá-lo. Fizemos muito, é verdade, mas ainda há muito a fazer. Mas já tomamos as medidas. Verificamos que as escolas profissionais formam mais gente do que o mercado precisa. As empresas estão usando tecnologias mais avançadas — precisam de gente com mais educação e mais formação técnica, e não de gente apenas com habilidades manuais. Essas empresas que absorvem mão-de-obra pouco qualificada estão indo para os países vizinhos mais pobres. Quem quiser trabalhar aqui terá que estudar mais. Para isso, as escolas profissionais e as escolas técnicas estão aumentando a carga de conhecimentos gerais e científicos. É por isso que precisamos que todos os alunos completem a escolaridade básica de 10 anos, para poder progredir. Mais alguma informação? — perguntou sem se impacientar.

— Sim, ministro. Ouvi dizer que vocês possuem alguns institutos de tecnologia que são usados para fins estratégicos. Se não for segredo de estado, poderia me esclarecer como funcionam?

O ministro pigarreou. Era o sinal para o representante do Conselho de Desenvolvimento Econômico tomar a palavra.

— É muito simples. Nosso ensino técnico é bom, mas isso não é o bastante. Para atrair indústrias de alta tecnologia, temos que oferecer um pacote de vantagens econômicas —

mas, isso é apenas um pedaço da história. Montamos três institutos de tecnologia em parceria com o Japão, a Alemanha e a França. Esses institutos absorvem as mais sofisticadas tecnologias de produção desses países, desenvolvem atividades de pesquisa e desenvolvimento em parceria com as indústrias e também treinam técnicos. Só que esses técnicos aprendem também a falar japonês, alemão ou francês, aprendem o modo de trabalho das indústrias desses países e aprendem a conversar com eles numa linguagem técnica e de igual para igual. Se a indústria deles resolve vir para cá, eles sabem que podem contar com gente competente e confiável. E a gente sabe onde buscar a última tecnologia deles também.

A essa altura, o ministro da Educação retomou o diálogo. Na sua habitual modéstia, não quis deixar transparecer nenhuma euforia e disse que ainda tinha muitos problemas a resolver, sobretudo com o pessoal que já havia saído da escola sem mesmo fazer um curso profissional. E também com o pessoal mais idoso, que foi empregado no tempo das empresas de mão-de-obra barata, e que agora começava a correr o risco de ficar desempregado, por falta de formação. E me contaram como funcionava a estratégia de ataque. No embalo, ainda fizeram questão de me explicar uma outra iniciativa em andamento, e que consideram essencial para responder ao de-

safio das novas tecnologias. Trata-se da universalização das habilidades básicas.

— Aqui — disse o responsável pelo assunto — todo mundo que trabalha tem que dominar um mínimo de competências básicas. Tem que saber ler, escrever e contar bem. Tem que saber comunicar-se, explicar-se, dar uma sugestão. Precisam entender o que seja qualidade, e como controlá-la. Precisam conhecer os conceitos básicos de economia e produtividade. E também tem que aprender a tomar decisões e saber trabalhar em grupo. E, naturalmente, precisam de uma boa dose de informática. Sem isso, o país não progride. E emendou, quase traindo a circunspeção do ambiente: — Um país não pode progredir se as pessoas não progredirem — se não entendem a mola do progresso, e se não se beneficiam de seus resultados. E me explicaram em detalhes como o programa funciona.

Não, prezado leitor, você não está delirando. Eu não estava na Ilha da Fantasia, mas, sim, numa pequena ilha de 650 km quadrados. Há 30 anos atrás, era apenas um entreposto comercial decadente cercado de palmeiras, cocos e seringueiras, onde os comunistas queriam tomar o poder. Hoje é um país onde todo mundo tem acesso a emprego, saúde e escola e onde noventa por cento dos trabalhadores possuem suas próprias casas. Situada ao sul do equador, e com um clima tropical quente e úmido, Cingapura exporta 45 bilhões de dólares por ano, ou seja, 50% a mais do que o Brasil. Para tanto, importa até água e areia de construção da Malásia. O único recurso natural disponível por lá é a massa cinzenta.